



Freguesia de São Félix

Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças

PREÂMBULO

A Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, aprovou o regime das taxas das Autarquias Locais e determina que o regulamento de taxas tem obrigatoriamente que conter, sob pena de nulidade, os seguintes elementos:

- a) a indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) o valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) a fundamentação económico financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) as isenções e a sua fundamentação;
- e) o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) a admissibilidade do pagamento a prestações.

De acordo com o estabelecido pelo Artigo 17.º :

«As taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas no início do segundo ano financeiro subsequente à entrada em vigor da presente lei, salvo se, até esta data:

- a) Os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui disposto;*
- b) Os regulamentos vigentes forem alterados de acordo com o regime jurídico aqui previsto.»*

Tendo em conta estes aspectos bem como outras normas constantes na referida proposta de Lei, consideramos as seguintes alterações:

1ª – Transcrever para o regulamento aspectos relevantes da Lei, que possibilitem um melhor enquadramento do que está em causa, atendendo ao perfil inovador do diploma: tal como os artigos 1º, nº 3, nº 4, nº 5; o artigo 2º (incidência subjectiva), o artigo 15º, nº 3 e o artigo 16º (caducidade e prescrição);

2ª - Incluir novas normativas exigidas pela lei: artigo 3º (incidência objectiva), artigo 6º (taxas, fórmulas de cálculo) por exemplo.

Houve o cuidado de enquadrar as taxas em fórmulas de cálculo que per si constituem fundamentação económico-financeira. A opção no caso dos atestados e dos termos, resulta da análise do tempo médio de execução dos mesmos – houve que atender ao tempo de atendimento, tempo de registo e tempo de produção.

O valor para os termos é superior, dado que os mesmos têm trabalho acrescido, o que decorre do diferente valor probatório que detêm face aos atestados, implicando sempre a audição do requerente e o respectivo registo em livro de termos.

Nos canídeos, e havendo a necessidade de utilizar a taxa de referência, optámos por seguir o que ocorre em diversas juntas, de dar ponderação ao registo das classes sem perigo e de caça e uma taxa máxima aos perigosos e potencialmente perigosos.

A certificação de fotocópias é uma competência atribuída às Freguesias pelo Decreto-Lei nº 28/2000, de 13 de Março. Conforme determina o artigo 2º, do referido Decreto-Lei, as entidades fixam o preço que cobram pelos serviços de certificação que, constituindo sua receita própria, não pode exceder o preço resultante da tabela em vigor nos Cartórios Notariais.

Na noção de custos totais necessários para prestar determinados serviços, constante em diversas fórmulas da presente minuta de Regulamento, há que ter em atenção a alínea c) do Artigo 8.º da Lei nº 53-E/2006:

«Fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;»

Nestes termos, para efeitos de cálculo, poderão ser considerados os custos com pessoal, manutenção e limpeza, aquisição e desgaste de equipamento, investimentos, condições físicas do local onde o serviço é prestado, etc., desde que indispensáveis para a realização do serviço, pelo qual a taxa está a ser cobrada.

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS

FREGUESIA DE SÃO FÉLIX

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 2 do artigo 17.º, conjugada com a alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 Janeiro), e alterações introduzidas pela Lei 75/2013 de 12/09, tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 Janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 Dezembro), é aprovado o Regulamento e tabela de taxas em vigor na Freguesia de São Félix.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

Artigo 2.º

Sujeitos

1. O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.
2. O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.
3. Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram a sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquia Locais.

Artigo 3.º**Isenções**

1. Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.
2. O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.
3. A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II**TAXAS****Artigo 4.º****Taxas**

A Junta de Freguesia cobra taxas:

- a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias pareceres e outros documentos;
- b) Licenciamento e registo de canídeos;
- c) Cemitérios;
- d) Utilização das instalações;
- e) Licenciamento da Atividade de Venda Ambulante de Lotarias;
- f) Licenciamento da Atividade de Atividade de Arrumador de Automóveis;
- g) Licenciamento de Atividades Ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes;

Artigo 5.º**Serviços Administrativos**

1. As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do **anexo I** e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).
2. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vn + ct$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);

3. Sendo que a taxa a aplicar:

a) É de $\frac{1}{4}$ / **hora x vh + ct** para os atestados;

b) É de $\frac{1}{4}$ / **hora x vh + ct** para os termos de identidade e de justificação administrativa;

c) É de $\frac{1}{4}$ / **hora x vh + ct** para os restantes documentos.

4. As taxas de certificação de fotocópias constam do anexo I e têm por base o estipulado no Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados.
5. Aos valores indicados no n.º 2 acresce uma taxa de urgência, para a emissão no prazo de 24 horas, de uma majoração de 1,5.
6. Aos valores indicados no n.º 2 acresce uma majoração de 2 para o cidadão não recenseado.
7. É acrescida uma majoração ou redução do valor em função das necessidades sociais do documento a produzir.
8. Os valores constantes do n.º 3 são actualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.

Artigo 6.º

Licenciamento e Registo de Canídeos

1. As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constantes do **anexo II**, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (Portaria n.º 421/2004 de 24 de Abril).
2. A fórmula de cálculo é a seguinte:
 - a) Registo: 50% da taxa N de profilaxia médica;
 - b) Licenças em Geral: 113,6% da taxa N de profilaxia médica;
 - c) Licenças da Classe G: 227,2% da taxa N de profilaxia médica;
 - d) Licenças da Classe H: 227,2% da taxa N de profilaxia médica.
3. Os cães classificados nas categorias C, D e F estão isentos de qualquer taxa.
4. O valor da taxa N de profilaxia médica é actualizado, anualmente, por Despacho Conjunto.



Artigo 7.º**Cemitérios**

1. As taxas pagas pela concessão de terreno, previstas no **anexo III**, têm como base de cálculo, a seguinte fórmula:

$$TCTC = (a) \times (i) \times (ct) + (d) \text{ onde}$$

a: área do terreno (m2);

i: Percentagem a aplicar tendo em conta o espaço ocupado;

ct: Custo total necessário para a prestação dos serviços;

d: Critério de desincentivo à compra de Terrenos.

2. Os valores previstos no n.º 1, são actualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.

Artigo 8.º**Utilização das instalações e equipamentos**

1. A utilização das instalações e equipamentos constam do anexo **IV** e têm como base de cálculo o tempo de utilização dos mesmos.
2. Considera-se dois tipos de actividades:
 - a) Actividades pontuais, cuja formula é:

$$UIE = tu \times vh + ct$$

tu: tempo de utilização dos bens;

vh: valor hora do funcionário destacado para acompanhamento (auxiliar de serviços gerais, tendo em consideração o índice da escala salarial;

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui manutenção dos bens, limpeza, etc);

- b) Actividades protocolares, cujo, valor será definido em cada protocolo celebrar com a entidade promotora.

3. Os bens a utilizar constam do Regulamento de Utilização das Instalações a aprovar pela Assembleia de Freguesia.

4. Estão isentos do pagamento dos valores previstos no n.º 2 as entidades públicas e instituições sem fins lucrativos.
5. Os valores são actualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.

Artigo 9.º

Licenciamento da Atividade de Venda Ambulante de Lotarias

1. As taxas para o licenciamento da atividade de venda ambulante de lotarias constam do **anexo V** e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).
2. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TLAVL = tme \times vh + ct$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial (funcionário Assistente Técnico, entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e 5.º e 7.º nível remuneratório, com salário mensal base de 748,35€, cujo valor hora, segurança social, seguro e subsidio de alimentação é de 4,50€)

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, cartão plastificado e dispositivo de fixação, etc);

3. Sendo que a taxa a aplicar:

- d) É de **1 hora x vh + ct** para o referido licenciamento e renovação;
- e) É de **1 hora x vh** para o averbamento;

Artigo 10.º

Licenciamento da Atividade de Arrumador de Automóveis

- 1- As taxas para o licenciamento da atividade de arrumador de automóveis constam do **anexo VI** e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).
- 2- A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TLAAA = tme \times vh + ct$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial (funcionário Assistente Técnico, entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e 5.ª e 7.ª nível remuneratório, com salário mensal base de 748,35€, cujo valor hora, segurança social, seguro e subsídio de alimentação é de 4,50€)

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, cartão plastificado e dispositivo de fixação, etc);

3- Sendo que a taxa a aplicar:

a. É de **1 hora x vh + ct** para o referido licenciamento e renovação;

Artigo 11.º

Licenciamento de Atividades Ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes

1-As taxas para o licenciamento da atividades ruidosas de carácter temporário acima referidas, constam do **anexo VII** e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção e deslocação).

2-A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TLAR = tme \times vh + ct + cd$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial (funcionário Assistente Técnico, entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e 5.ª e 7.ª nível remuneratório, com salário mensal base de 748,35€, cujo valor hora, segurança social, seguro e subsídio de alimentação é de 4,50€)

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);

cd: Custo médio de deslocação – 15,00€ (visando assim criar uma justiça relativa para todos os Fregueses independentemente da localização da pretensão no espaço da Freguesia, chegou-se assim a uma distância média, do percurso de ida e volta. Tendo em conta a amortização da viatura, pneus, combustível, seguro, manutenção e outros)

Figueras
Rodriguez
Rosado
Blum
Ricardo

3. Sendo que a taxa a aplicar:

- a) É de **1 hora x vh + ct + cd** para o referido licenciamento no 1.º dia;
- b) É de **1 hora x vh + ct** para o referido licenciamento nos restantes dias;
- c) Licenciamento do ruído até às 24,00 horas, sem agravamento;
- d) Licenciamento do ruído até às 02,00 horas, com agravamento de 50%;
- e) Licenciamento do ruído até às 04,00 horas, com agravamento de 100%;

Artigo 12.º

Actualização de Valores

A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a actualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico – financeira subjacente ao novo valor.

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 13.º

Pagamento

1. A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
2. As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.
3. Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviços a que respeitem.
4. O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

Artigo 14.º

Pagamento em Prestações

1. Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.



2. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
3. No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.
4. O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.
5. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

Artigo 15.º

Incumprimento

1. São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
2. A taxa legal (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente.
3. O não pagamento voluntário das dívidas é objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16.º

Garantias

1. Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.
2. A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
3. A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
4. Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.



Artigo 17.º

Legislação Subsidiária

A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis, sucessivamente:

- a) Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro;
- b) A Lei das Finanças Locais;
- c) A Lei Geral tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código de Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 18.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor a 1 de Janeiro de 2014, após a sua publicação em edital a afixar no edifício da sede da Junta de Freguesia.

Secretaria da Junta de Freguesia de São Félix, 3 de Dezembro de 2013

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

António Jorge Martins Oliveira

Aprovado em Sessão da Junta de Freguesia de Sul, de 26 de Novembro de 2013

Aprovado em Sessão da Assembleia de Freguesia de Sul, de 17 de Dezembro de 2013



TABELA DE TAXAS**ANEXO I****SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

1 - Atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado, Recenseados na Freguesia	2,00€
2 - Atestados, certidões, declarações e outros documentos em impresso próprio, Recenseados na Freguesia	1,50€
3 - Atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado, não Recenseados na Freguesia	4,00€
4 - Atestados, certidões, declarações e outros documentos em impresso próprio, não Recenseados na Freguesia	3,00€
5 - Certificação de Fotocópias – por cada documento e até 4 páginas, inclusive	10,00€
6 - Certificação de Fotocópias – a partir da 5.ª folha e seguintes	2,50€
7 - Fotocópias – a preto	0,05€
8 - Fotocópias – a cores	0,25€
9 - Pesquisa de documentos	5,00€

ANEXO II**CANÍDEOS GATÍDEOS****LICENÇAS DE CANÍDEOS E GATÍDEOS**

1 - Registo	2,20€
2 - Licenças:	
a) A - Licenças de cães de companhia	5,00€
b) B - Licenças de cães c/fins económicos	5,00€
c) C - Cão para fins militares, policiais e de segurança pública	isentos de qualquer taxa
d) D - Licenças de cães para investigação científica	isentos de qualquer taxa
e) E - Licenças de cães de caça	5,00€
f) F - Licenças de cães guia	isentos de qualquer taxa
g) G - Licenças de cães potencialmente perigosos	10,00€
h) H - Licenças de cães perigosos	10,00€
i) I - Gato	5,00€

j) A estes valores acresce 30% por apresentação fora do prazo



ANEXO III

CEMITÉRIOS

1 - Concessão de Sepulturas Perpétuas 2m²

a) Familiares 400,00€

b) Reserva de sepultura/ano 40,00€

c) As sepulturas não reservadas terão um período de ocupação de 5 anos

(A colocação de ornamentação nas sepulturas/campas é da responsabilidade dos seus proprietários, bem como dos prejuízos que daí resultem)

ANEXO IV

UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Actividades Pontuais

Instalações

1 - Salas da Junta:

a) Sede 15,00 €/h

b) Dependência 15,00 €/h

2 - Estão isentos do pagamento, as entidades públicas e instituições sem fins lucrativos

ANEXO V

Licenciamento da Atividade de Venda Ambulante de Lotarias

1- Licenciamento e cartão 9,00€

2- Averbamento 4,50€

3- Renovação e cartão 9,00€

ANEXO VI
Licenciamento da Atividade de Arrumador de Automóveis

1-Licenciamento e cartão	9,00€
2- Renovação e cartão	9,00€

ANEXO VII
Licenciamento de Atividades Ruidosas de caráter temporário que respeitem a
festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes

1-Licenciamento no 1.º dia até às 24.00 horas	20,00€
2-Licenciamento no 1.º dia até às 02.00 horas	30,00€
3-Licenciamento no 1.º dia até às 04.00 horas	40,00€
4-Licenciamento diário nos restantes dias até às 24.00 horas	5,00€
5-Licenciamento diário nos restantes dias até às 02.00 horas	7,50€
6-Licenciamento diário nos restantes dias até às 04.00 horas	10,00€